



Audiência Pública - CAE

Situação Fiscal dos Estados

Secretaria de Estado da Fazenda

Brasília | 19 de abril de 2016



Sumário da Apresentação

1

Contexto da Crise dos Estados

2

Balanço de 2015 – A Experiência de GO

3

O PLP257/16

4

Conclusões



Sumário da Apresentação

1

Contexto da Crise dos Estados

2

Balanço de 2015 – A Experiência de GO

3

O PLP257/16

4

Conclusões



Crise fiscal na União, nos Estados e nos Municípios

- ✓ A LRF está sendo cumprida
- ✓ O PAF está sendo cumprido

Ainda assim:

- despesas obrigatórias – em particular com a folha de pagamentos estão acima da capacidade financeira do Estado
- Como chegamos onde estamos
 - Nova Matriz Econômica nos Estados
 - Frustração nas expectativas de receita
 - Rigidez das despesas
 - Mudança drástica na orientação da União em relação a empréstimos a Estados

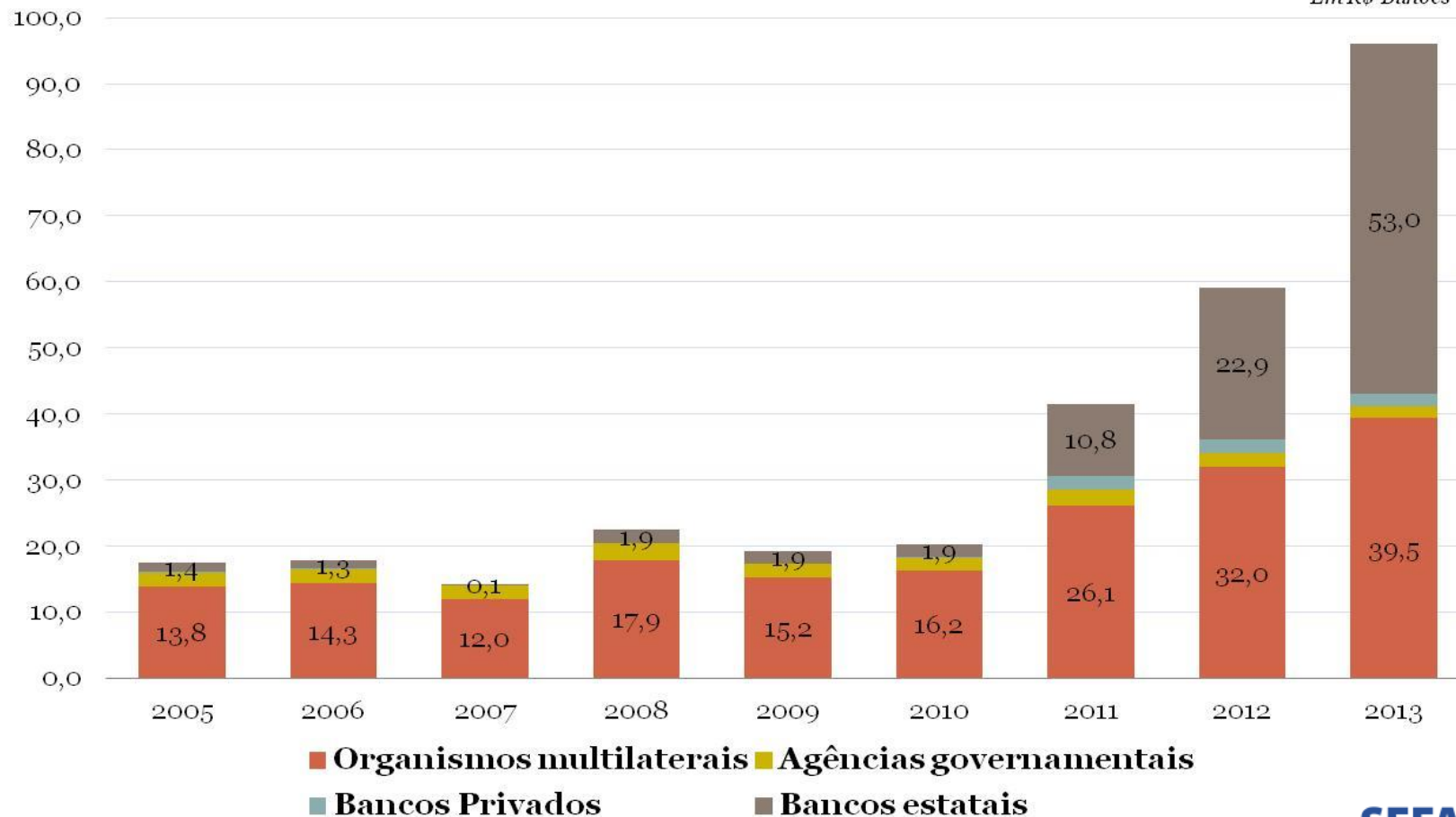
SEFAZ

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



Garantias da União a estados, municípios e controladas

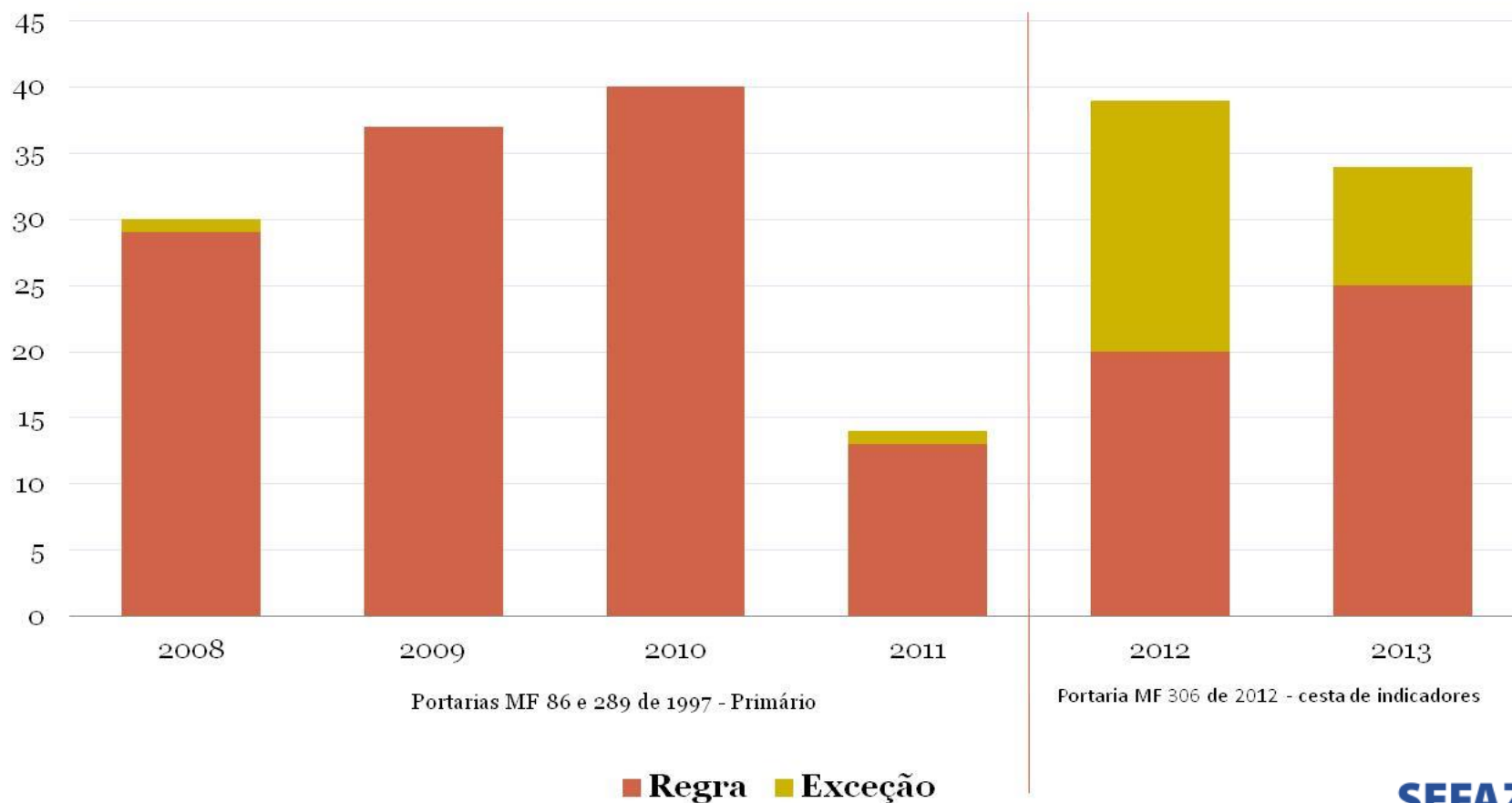
Em R\$ Bilhões



Elaboração: Vescovi (2014).



Pareceres da STN - empréstimos externos com Aval da União - submetidos à regra de excepcionalidade



Elaboração: Vescovi (2014).



Gráfico 1: Resultado Primário dos Governos Estaduais acumulado em 12 meses, em % PIB



Fonte: Banco Central do Brasil

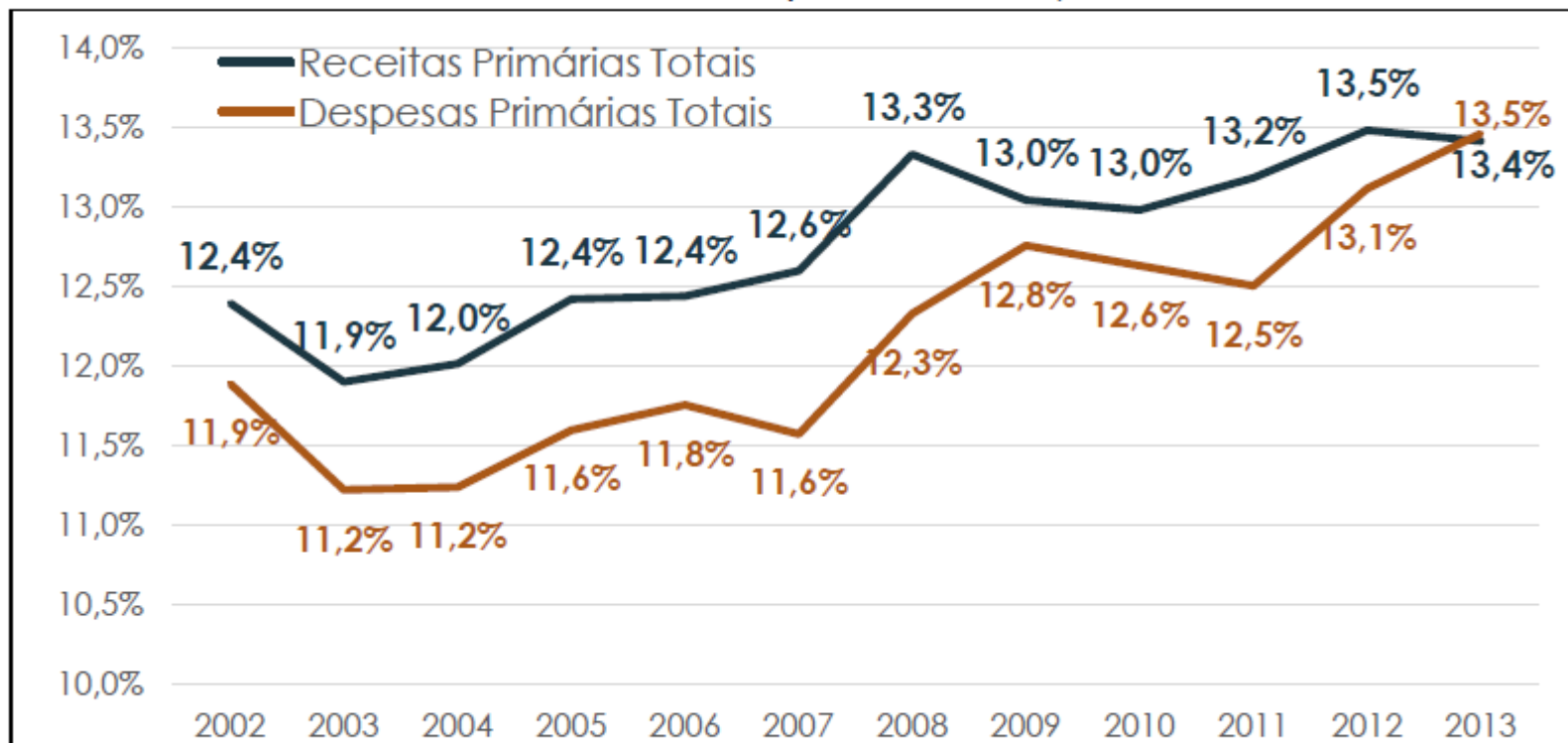
Elaboração: Maciel (2014).

SEFAZ

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



Gráfico 3: Receitas e Despesas Primárias, em % PIB



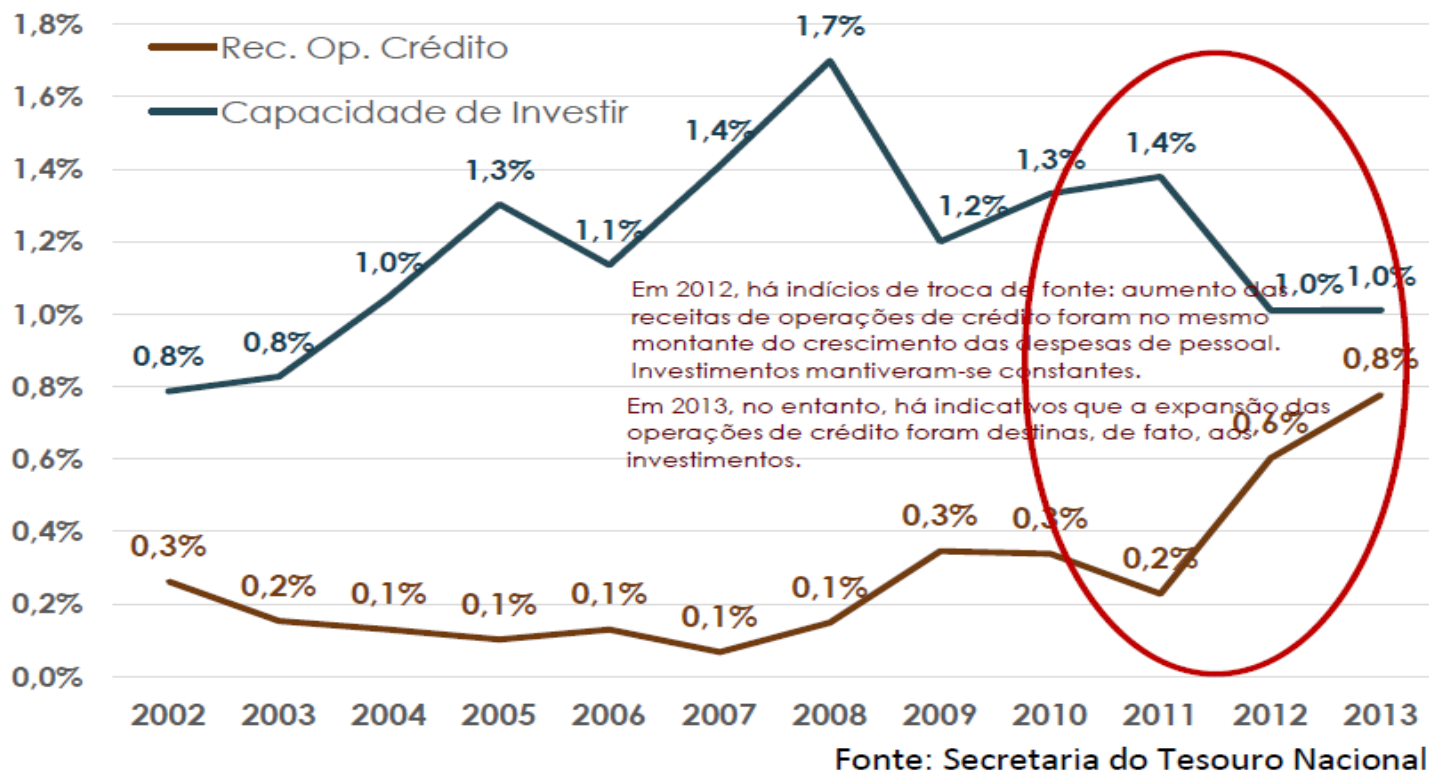
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: Maciel (2014).

SEFAZSECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



Gráfico 6: Receitas de Operações de Crédito e Capacidade de Investir com Recursos Próprios, em % PIB

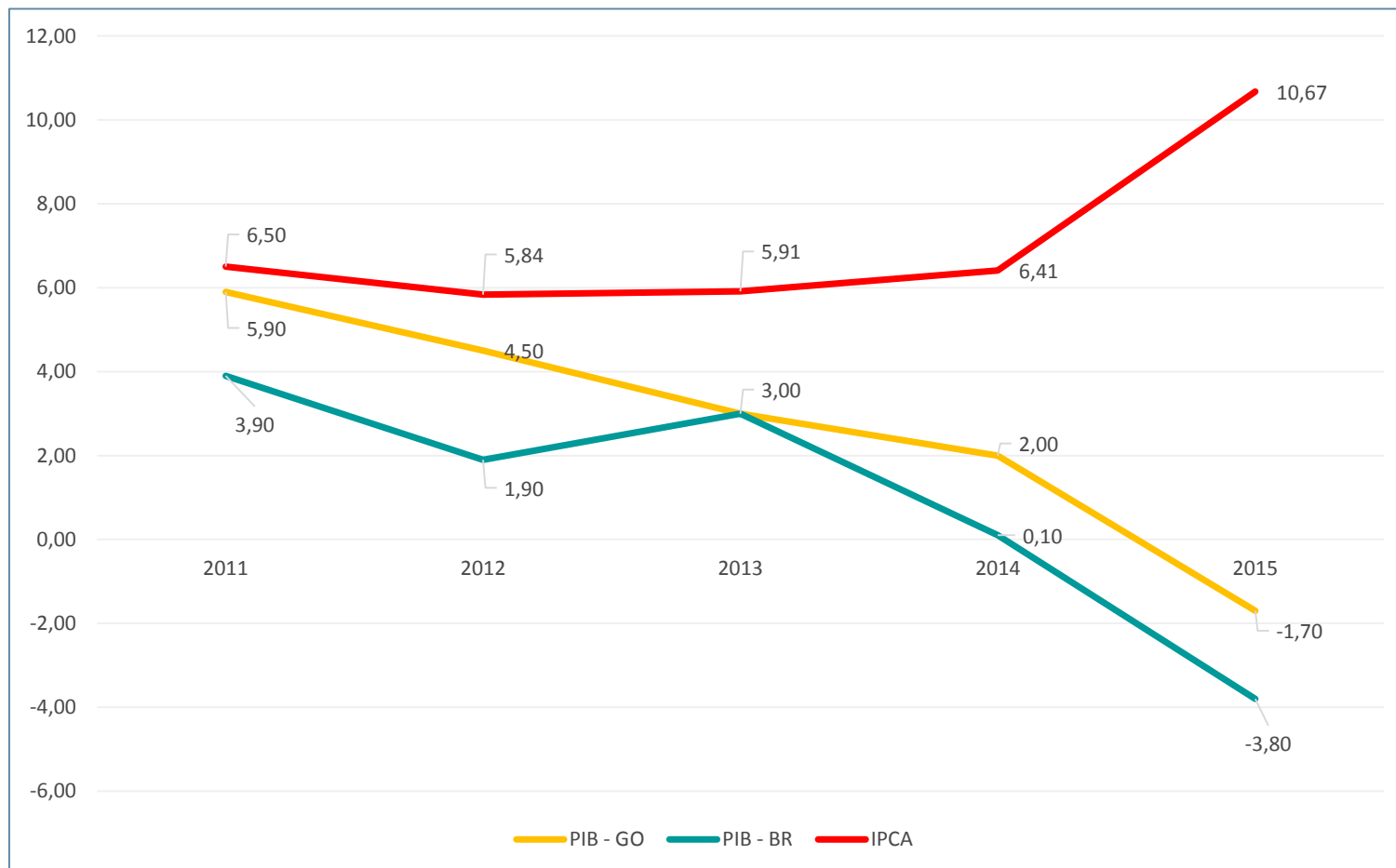


SEFAZ

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GRÁFICO I
INFLAÇÃO (IPCA) E PIB GOIÁS/BRASIL





Resultado

- ✓ Estados com grave problema de caixa
- ✓ Solução exige enfrentamento do problema
 - ✓ Elevado custo político
 - ✓ Medidas estruturais dependem do Congresso Nacional
- ✓ Os estados estão buscando o ajuste
 - ✓ O que foi feito não é suficiente
 - ✓ Necessidade de medidas adicionais



Sumário da Apresentação

1

Contexto da Crise dos Estados

2

Balanço de 2015 – A Experiência de GO

3

O PLP257/16

4

Conclusões



QUADRO VI
COMPARATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA COM A REALIZADA
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO/ 2015
RECURSOS DE TODAS AS FONTES

| DISCRIMINAÇÃO | Jan a Dez / 15 | | DIFERENÇA (C = B – A) | % TOTAL (D) | Meta Alcançada (E = B / A) |
|----------------------|-----------------|------------------|--------------------------|----------------|----------------------------------|
| | PREVISÃO (A) | REALIZADO (B) | | | |
| RECEITAS TRIBUTÁRIAS | 12.878.238.516 | 11.141.775.706 | -1.736.462.810 | 100,00% | -13,48% |
| ICMS ¹ | 9.657.960.239 | 8.203.702.081 | -1.454.258.159 | 73,63% | -15,06% |
| IPVA ¹ | 529.295.684 | 390.110.020 | -139.185.664 | 3,50% | -26,30% |
| ITCD | 193.649.749 | 235.254.256 | 41.604.507 | 2,11% | 21,48% |
| IRRF | 1.193.957.327 | 1.101.461.332 | -92.495.995 | 9,89% | -7,75% |
| Taxas | 1.303.375.516 | 1.211.248.018 | -92.127.499 | 10,87% | -7,07% |

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Estadual / SEFAZ-GO

¹ Valores líquidos, já deduzidos as transferências constitucionais aos municípios (Jan-Dez/15 R\$ 3.879.278.381,19).

Nota: Valores Previstos (A) constantes da LOA/2015, referentes ao III Quadrimestre/2015.



Goiás fez um forte ajuste fiscal – talvez o maior ajuste proporcional do País

- ✓ **3bi de frustração de receita**
- ✓ **2,5bi de corte no orçamento**
- ✓ **1,5bi de aumento na folha de pessoal**

Ainda assim: aumento nominal da receita + 5,98%

- Acréscimo de 6,46% da receita tributária

A despesa total do Estado cresceu 3,6%, o que é muito positivo, considerando a trajetória fiscal do passado e a inflação de mais de 10% no ano

- Queda de 8,4% na despesa do Tesouro (ex-folha)
- Custeio cresceu 7,4% e folha 10,1% (sem pagamento de data-base)
- A redução nas despesas veio na linha de investimento, com queda de 41% (60% nas fontes tesouro).
 - Ainda assim, o Estado investiu, R\$1,5 bilhão no ano de 2015



Despesas com Fonte do Tesouro Estadual (exceto vinculações)

| DESPESAS | 2015 | 2014 | % |
|--|----------------|---------------|--------|
| Pessoal e Encargos Sociais | 10.463.218.566 | 9.505.123.109 | 10,1% |
| Executivo | 8.365.562.814 | 7.596.312.440 | 10,1% |
| Judiciário | 1.077.874.007 | 984.432.858 | 9,5% |
| Assembleia Legislativa | 265.149.925 | 238.074.096 | 11,4% |
| Tribunal de Contas do Estado - TCE | 216.036.889 | 193.661.293 | 11,6% |
| Tribunal de Contas dos Municípios - TCM | 105.923.502 | 99.116.136 | 6,9% |
| Ministério Público | 432.671.429 | 393.526.286 | 9,9% |
| Outras Despesas Correntes (exceto vinc.) | 815.160.996 | 759.027.881 | 7,4% |
| Executivo | 693.794.224 | 659.559.903 | 5,2% |
| Judiciário | 0 | 0 | - |
| Assembleia Legislativa | 28.252.964 | 26.370.791 | 7,1% |
| Tribunal de Contas do Estado - TCE | 13.383.881 | 9.528.720 | 40,5% |
| Tribunal de Contas dos Municípios - TCM | 5.298.786 | 4.229.583 | 25,3% |
| Ministério Público | 74.431.141 | 59.338.884 | 25,4% |
| Investimentos (exceto vinc.) | 92.039.886 | 231.103.909 | -60,2% |
| Executivo | 77.177.804 | 177.836.559 | -56,6% |
| Judiciário | 0 | 0 | - |
| Assembleia Legislativa | 2.524.781 | 12.701.895 | -80,1% |
| Tribunal de Contas do Estado - TCE | 6.311.836 | 24.796.853 | -74,5% |
| Tribunal de Contas dos Municípios - TCM | 60.298 | 5.911.333 | -99,0% |
| Ministério Público | 5.965.168 | 9.857.270 | -39,5% |



✓ **Dois pontos saltam aos olhos**

- **Crescimento das despesas com custeio e folha 2x o crescimento da receita**
- **Redução no investimento garantiu um resultado positivo**
 - Funciona como medida emergencial
 - Se repetido indefinidamente significará o colapso dos serviços públicos e da máquina



QUADRO IV - RESULTADO PRIMÁRIO – RECURSOS DE TODAS AS FONTES

| RECEITAS FISCAIS | RECEITAS REALIZADAS | | DIFERENÇA (A - B) | % |
|---|---------------------|---------------------|----------------------|----------|
| | JAN A DEZ/15 (A) | JAN A DEZ/14 (B) | | |
| I - RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I) | 18.958.849.443 | 17.992.730.245 | 966.119.198 | 5,37% |
| Receita Tributária (ICMS / IPVA / ITCD / Outras) ¹ | 11.141.775.706 | 10.465.488.993 | 676.286.713 | 6,46% |
| Receitas de Contribuições | 2.746.623.433 | 2.482.631.950 | 263.991.483 | 10,63% |
| Receita Patrimonial Líquida | 41.104.031 | 207.746.398 | -166.642.367 | -80,21% |
| Transferências Correntes (FPE / IPI / LC 87-96) | 4.198.990.572 | 3.953.205.529 | 245.785.043 | 6,22% |
| Demais Receitas Correntes | 830.355.701 | 883.657.375 | -53.301.674 | 6,03% |
| II - RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (II) | 239.854.735 | 122.636.057 | 117.218.678 | 95,58% |
| III = I + II TOTAL - RECEITAS NÃO FINANCEIRAS | 19.198.704.178 | 18.115.366.302 | 1.083.337.876 | 5,98% |
| DESPESAS FISCAIS | DESPESAS EMPENHADAS | | DIFERENÇA (A - B) | % |
| | JAN A DEZ/15 (A) | JAN A DEZ/14 (B) | | |
| IV = A + B DESPESAS CORRENTES LÍQUIDAS | 17.619.281.337 | 15.913.561.785 | 1.705.719.552 | 10,72% |
| A - Pessoal e Encargos Sociais | 12.506.910.446 | 11.321.242.770 | 1.185.667.676 | 10,47% |
| B - Outras Despesas Correntes (Programas Sociais/ Apoio Administrativo) | 5.112.370.891 | 4.592.319.015 | 520.051.876 | 11,32% |
| V = C + D DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDAS | 1.573.397.795 | 2.882.387.401 | -1.308.989.605 | -45,41% |
| C - Investimentos | 1.491.719.272 | 2.530.719.141 | -1.038.999.868 | -41,06% |
| D - Inversões Financeiras | 81.678.523 | 351.668.260 | -269.989.737 | -76,77% |
| VI = IV + V TOTAL – DESPESAS NÃO FINANCEIRAS | 19.192.679.132 | 18.795.949.186 | 396.729.947 | 2,11% |
| III – VI = RESULTADO PRIMÁRIO | 6.025.045 | -680.582.884 | 686.607.929 | -100,89% |

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Estadual.

¹ Valores líquidos, já deduzidos as transferências constitucionais aos municípios (Jan-Dez/15 R\$ 3.879.278.381,19).

Variação Percentual nominal



✓ Mudança de Rumo





Sumário da Apresentação

1

Conjuntura Econômica

2

Balanço de 2015

3

O PLP257/16

4

Conclusões



A ênfase correta

- ✓ À exceção de 3 ou 4 estados, não temos um problema de endividamento
- ✓ Temos um problema estrutural na relação gasto (não financeiro) e receita
 - ✓ Problema está no nível dos gastos mas está também na trajetória
 - ✓ O problema está no comprometimento das receitas com o custeio da máquina, em particular, com a folha de pessoal
 - ✓ 80% de comprometimento com despesas de pessoal
 - ✓ Setor público é intensivo em mão de obra, em particular saúde, segurança e educação, mas a equação está completamente desbalanceada
- ✓ Resolver as questões de fluxo (alívio financeiro) sem atacar os problemas estruturais significa adiar e ampliar o problemas



Três pilares (o que foi negociado com o MF)

1. Fôlego de curto prazo

1. Alongamento das dívidas
2. Desconto nas parcelas (superendividados)

1. Expondo a realidade

1. Redefinição da despesa de pessoal
2. Prazo de 10 anos para reenquadramento
3. Separação por poder

2. Medidas de correção

1. Limitação do crescimento das despesas de pessoal e custeio
2. Liberar recursos dos tesouros para investimentos
3. Aumento da contribuição previdenciária
4. Poderes autônomos



- ✓ Sem qualquer um dos 3 pilares o projeto se desequilibra
 - ✓ Estados não têm folego para chegar ao final do ano
 - ✓ A realidade precisa ser exposta
 - ✓ Há necessidade – e espaço – para medidas de reequilíbrio fiscal
 - ✓ Dificuldades políticas regionais e/ou menor ímpeto por reformas em alguns estados exigem uma lei federal que dê o respaldo e condicione os benefícios do alongamento às contrapartidas
 - ✓ O nível atual de desequilíbrio e a trajetória de gastos dos estados, se não revertidos, não só comprometerão direitos presentes e futuros dos servidores como nos levarão ao comprometimento irreversível da qualidade da prestação dos serviços públicos nos estados



Sumário da Apresentação

1

Contexto da Crise dos Estados

2

Balanço de 2015 – A Experiência de GO

3

O PLP257/16

4

Conclusões



- ✓ Estados estão em colapso
- ✓ Desequilíbrio estrutural tem que ser combatido
- ✓ A simples redução das despesas financeiras irá garantir fôlego de curto prazo
 - ✓ Mas irá também agravar o problema em boa parte dos estados
 - ✓ Abre espaço para pressões de custo (pessoal e custeio)
- ✓ **Medidas estruturais são imprescindíveis para reverter a atual trajetória**
 - ✓ PLP257 ataca parte dos problemas
 - Regras de estabilidade do servidor público
 - Alterações na Lei de Greve do funcionalismo público
 - Piso nacional dos professores